



## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	1
ATOS DE CONTROLE EXTERNO .....	1
Juízo Singular .....	1
Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo .....	1
Decisão Singular .....	1
Conselheiro Jerson Domingos .....	10
Decisão Singular .....	10
ATOS PROCESSUAIS .....	22
Conselheiro Waldir Neves Barbosa .....	22
Intimações .....	22
SECRETARIA DAS SESSÕES .....	22
Pauta .....	22
Pleno .....	22
Primeira Câmara .....	28
Segunda Câmara .....	31
ATOS DO PRESIDENTE .....	34
Atos de Pessoal .....	34
Portaria .....	34

## ATOS DE CONTROLE EXTERNO

### Juízo Singular

### Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo

### Decisão Singular

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1022/2019

PROCESSO TC/MS: TC/20203/2016

PROTOCOLO: 1739671

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS

JURISDICIONADO: JOÃO DONIZETI CASSUCI

CARGO: EX-PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

INTERESSADA: FABIANA RUBINHO DOS SANTOS

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

#### ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

##### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Fabiana Rubinho dos Santos, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos na escola municipal Harry Amorim Costa, no período de 17.2.2010 a 30.6.2010 e prorrogado até 31.12.2010, sob a responsabilidade do Sr. João Donizeti Cassuci, prefeito municipal à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 10758/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, dada a falta de previsão legal para a contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 595/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa e tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 31/2010, com fundamento na Lei Municipal n. 258/1990 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área da educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.* (grifo nosso)

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação temporária de Fabiana Rubinho dos Santos, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos na escola municipal Harry Amorim Costa, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1023/2019

PROCESSO TC/MS: TC/20204/2016

PROTOCOLO: 1739672

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS

JURISDICIONADO: JOÃO DONIZETI CASSUCI

CARGO: EX-PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

INTERESSADA: GESSI BEZERRA DOS SANTOS BORTOLOZO

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

#### ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

##### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação

temporária de Gessi Bezerra dos Santos Bortolozo, para exercer o cargo de serviços gerais na Creche Tempo Feliz, no período de 17.2.2010 a 30.6.2010 e prorrogado até 31.12.2010, sob a responsabilidade do Sr. João Donizeti Cassuci, prefeito municipal à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 10759/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, dada a falta de previsão legal para a contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 596/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa e tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 32/2010, com fundamento na Lei Municipal n. 258/1990 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área da educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.*(grifo nosso)

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação temporária de Gessi Bezerra dos Santos Bortolozo, para exercer o cargo de serviços gerais na Creche Tempo Feliz, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1024/2019

PROCESSO TC/MS: TC/20208/2016

PROTOCOLO: 1739677

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS

JURISDICIONADO: JOÃO DONIZETI CASSUCI

CARGO: EX-PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

INTERESSADA: ANGELA RIBEIRO

RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Ângela Ribeiro, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos na Creche Ipezal, no período de 22.2.2010 a 30.6.2010 e prorrogado até 19.7.2010, sob a responsabilidade do Sr. João Donizeti Cassuci, prefeito municipal à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 10769/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, dada a falta de previsão legal para a contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 614/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa e tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 35/2010, com fundamento na Lei Municipal n. 258/1990 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área da educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.*(grifo nosso)

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação temporária de Ângela Ribeiro, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos na Creche Ipezal, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1026/2019

PROCESSO TC/MS: TC/20212/2016

PROTOCOLO: 1739679

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS

JURISDICIONADO: JOÃO DONIZETI CASSUCI

CARGO: EX-PREFEITO MUNICIPAL

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

INTERESSADA: LUZIA COSTA DE FREITAS POLETO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Luzia Costa de Freitas Poletto, para exercer o cargo de serviços gerais na limpeza de cozinha – Secretaria Municipal de Educação, no período de 22.2.2010 a 30.6.2010 e prorrogado até 31.12.2010, sob a responsabilidade do Sr. João Donizeti Cassuci, prefeito municipal à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 10843/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, dada a falta de previsão legal para a contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 616/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço, pugnano, ainda, por multa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa e tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 36/2010, com fundamento na Lei Municipal n. 258/1990 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área da educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.*(grifo nosso)

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO:**

1. pelo **registro** da contratação temporária de Luzia Costa de Freitas Poletto, para exercer o cargo de serviços gerais na limpeza de cozinha – Secretaria Municipal de Educação, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1027/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/20214/2016  
**PROTOCOLO:** 1739682

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA/MS

**JURISDICIONADO:** JOÃO DONIZETI CASSUCI

**CARGO:** EX-PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**INTERESSADA:** MARIA ANGELA MOURA SALVIONI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Maria Angela Moura Salvioni, para exercer o cargo de auxiliar de cozinha na Escola Napoleão Batista de Albuquerque, no período de 22.2.2010 a 30.6.2010 e prorrogado até 31.12.2010, sob a responsabilidade do Sr. João Donizeti Cassuci, prefeito municipal à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 10856/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, dada a falta de previsão legal para a contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 618/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço, pugnano, ainda, por multa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa e tempestiva, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato n. 37/2010, com fundamento na Lei Municipal n. 258/1990 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área da educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.*(grifo nosso)

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO:**

1. pelo **registro** da contratação temporária de Maria Angela Moura Salvioni, para exercer o cargo de auxiliar de cozinha na Escola Napoleão Batista de Albuquerque, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1661/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24493/2016  
PROTOCOLO: 1750584  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: IVONETE ALVES DE SOUZA NOGUEIRA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Ivonete Alves de Souza Nogueira, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 26060/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade na remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1781/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 72/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013, e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Ivonete Alves de Souza Nogueira, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1662/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24499/2016  
PROTOCOLO: 1750590  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: NELCENI APARECIDA BRITO  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Nelceni Aparecida Brito, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 26010/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1783/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 94/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Nelceni Aparecida Brito, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1667/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24505/2016  
PROTOCOLO: 1750596  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: CRISTIANE APARECIDA CARDOSO JARDIM  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Cristiane Aparecida Cardoso Jardim, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 26025/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1786/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 87/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Cristiane Aparecida Cardoso Jardim, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1668/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24529/2016  
PROTOCOLO: 1750621  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: VANUSIA CANDIDA DE OLIVEIRA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Vanusia Candida de Oliveira, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 25990/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade na remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1757/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 78/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Vanusia Candida de Oliveira, para exercer o cargo de professor, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1674/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24548/2016  
PROTOCOLO: 1750641  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADO: RODONALDO SOARES RODRIGUES  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Rodonaldo Soares Rodrigues, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 26034/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1787/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato em Caráter Temporário n. 46/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Rodonaldo Soares Rodrigues, para exercer o cargo de auxiliar de serviços diversos, no período de 14.2.2013 a 14.12.2013, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1671/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24555/2016  
PROTOCOLO: 1750647  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: ANA PAULA RAMOS  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Ana Paula Ramos, para exercer o cargo de agente comunitário de saúde, no período de 4.2.2013 a 6.2.2014, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 25991/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade na remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1761/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 28/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Ana Paula Ramos, para exercer o cargo de agente comunitário de saúde, no período de 4.2.2013 a 6.2.2014, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1672/2019

PROCESSO TC/MS: TC/24561/2016  
PROTOCOLO: 1750655  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: ALINE APARECIDA DIAS  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Aline Aparecida Dias, para exercer o cargo de agente comunitário de saúde, no período de 4.2.2013 a 6.2.2014, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 25992/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade na remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1767/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 31/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Aline Aparecida Dias, para exercer o cargo de agente comunitário de saúde, no período de 4.2.2013 a 6.2.2014, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1670/2019

PROCESSO TC/MS: TC/25522/2016  
PROTOCOLO: 1754280  
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS  
RESPONSÁVEL: IVAN DA CRUZ PEREIRA  
CARGO DO RESPONSÁVEL: PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
INTERESSADA: STEPHANIE RODRIGUES CUNHA  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO. LEGALIDADE E REGULARIDADE. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA. RECOMENDAÇÃO. REGISTRO

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Stephanie Rodrigues Cunha, para exercer o cargo de professor, no período de 1º.7.2013 a 1º.7.2014, sob a responsabilidade do Sr. Ivan da Cruz Pereira, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 26068/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1769/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa, conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém, sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária se deu por meio do Contrato em Caráter Temporário n. 134/2013 e foi fundamentada na Lei Municipal n. 15/2013 e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, adoto a recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a admissão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Dessa forma, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial e, com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação de Stephanie Rodrigues Cunha, para exercer o cargo de professor, no período de 1º.7.2013 a 1º.7.2014, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1776/2019

PROCESSO TC/MS: TC/4686/2017  
PROTOCOLO: 1790533  
ÓRGÃO: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPREV  
RESPONSÁVEL: JORGE OLIVEIRA MARTINS  
CARGO DA RESPONSÁVEL: DIRETOR-PRESIDENTE  
ASSUNTO: CONCESSÃO DE REFORMA *EX-OFFICIO*  
INTERESSADO: WILSON RICARDO MIGUEL  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

ATO DE PESSOAL. CONCESSÃO DE REFORMA *EX-OFFICIO* POR INCAPACIDADE DEFINITIVA. PROVENTOS INTEGRAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de reforma *ex-officio*, por incapacidade definitiva do Coronel BM Wilson Ricardo Miguel, do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso do Sul, Matrícula n. 90432021, com proventos integrais, constando como responsável o Sr. Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Ageprev.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 19789/2018, manifestou-se pelo registro da presente reforma *ex-officio*.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC - 2366/2019, opinando favoravelmente pelo registro do ato em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa a presente concessão resultou completa e tempestivamente, conforme definido no Anexo V, Seção I, item 2.1, subitem 2.1.4, A, da Resolução TCE/MS n. 54, de 16 de dezembro de 2016, vigente à época.

A reforma *ex-officio*, por incapacidade definitiva, com proventos integrais, foi concedida por meio do Decreto "P" n. 412/2017, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul n. 9.348, de 10/2/2017, com fundamento no art. 94, art. 95, inciso II, art. 97, inciso IV e art. 100, inciso II, todos da Lei Complementar n. 53/1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 127/2008.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente reforma atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** do ato de reforma *ex-officio*, por incapacidade definitiva do Coronel BM Wilson Ricardo Miguel, do Corpo de Bombeiros do Estado de Mato Grosso do Sul, Matrícula n. 90432021, com proventos integrais, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012;
2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1766/2019

PROCESSO TC/MS: TC/4853/2017  
PROTOCOLO: 1790321  
ÓRGÃO: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL - AGEPREV  
JURISDICIONADO: JORGE OLIVEIRA MARTINS  
CARGO: DIRETOR-PRESIDENTE  
TIPO DE PROCESSO: CONCESSÃO - PENSÃO  
RELATOR: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
BENEFICIÁRIA: IVETE VEIGA PEREIRA

CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de pensão à beneficiária Ivete Veiga Pereira, cônjuge do segurado, em decorrência do óbito de Olegário Pereira, agente de polícia judiciária da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, constando como responsável o Sr. Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Ageprev.

A Inspeção de Controle de Atos de Pessoal (ICEAP) por meio da Análise ANA - ICEAP - 20672/2018, manifestou-se pelo registro da pensão em comento.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC - 2552/2019, corroborando o entendimento da análise técnica.

DA DECISÃO

A documentação relativa a presente concessão apresentou-se completa e sua remessa a este Tribunal se deu tempestivamente, conforme estabelecido no Anexo V, Item 2, da Resolução TCE/MS n. 54, de 14.12.2016, vigente à época.

A pensão, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto "P" n. 392/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul n. 9.348, de 10/2/2017, com fulcro no art. 31, inciso II, alínea "a", c/c o art. 13, inciso I, art. 44, inciso I, e art. 45, inciso I, todos da Lei n. 3.150, de 22.12.2005.

De acordo com a legislação que fundamentou a concessão da pensão, foram preenchidos os requisitos necessários para o benefício da pensionista, com proventos estabelecidos no referido dispositivo legal a partir de 13/12/2016.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da pensão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da equipe técnica (ICEAP) e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da concessão de pensão à beneficiária Ivete Veiga Pereira, cônjuge do segurado, em decorrência do óbito de Olegário Pereira, agente de polícia judiciária da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado do julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1762/2019

PROCESSO TC/MS: TC/5655/2018  
PROTOCOLO: 1762808  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPORA/MS

**JURISDICIONADO:** JOÃO ALBERTO DE SOUZA  
**CARGO:** EX-GERENTE MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA  
**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO  
**INTERESSADA:** VALDINEIA DE FATIMA COSTA  
**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DOS DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Valdineia de Fatima Costa, para exercer o cargo de psicólogo - NASF, no período de 1º.9.2014 a 1º.9.2015, sob a responsabilidade do Sr. João Alberto de Souza, gerente municipal de saúde pública, à época.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 24321/2018, manifestou-se pelo registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 2ª PRC - 1770/2019, opinando pelo registro do ato de admissão em apreço, pugnando, ainda, por multa devido à intempestividade da remessa.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa conforme definido no Anexo I, Capítulo II, Seção I, item 1.4, letra B, da Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012, vigente à época. Porém sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato por Tempo Determinado n. 12/2014, com fundamento na Lei Municipal n. 21/2002, inciso VI e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO:**

1. pelo **registro** da contratação temporária de Valdineia de Fatima Costa, para exercer o cargo de psicólogo - NASF, no período de 1º.9.2014 a 1º.9.2015, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;
3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.  
Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1842/2019**

**PROCESSO TC/MS: TC/6628/2018**

**PROTOCOLO:** 1908436

**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE DOURADOS

**JURISDICIONADO:** ANTÔNIO MARCOS MARQUES

**CARGO:** DIRETOR-PRESIDENTE

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO - PENSÃO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**BENEFICIÁRIA:** ELIZABETE ALMEIDA OLIVEIRA ALVES

**CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da concessão de pensão à beneficiária Elizabete Almeida Oliveira Alves, cônjuge do segurado, em decorrência do óbito de Luiz Antônio Alves, médico clínico geral do Município de Dourados/MS, constando como responsável o Sr. Antônio Marcos Marques, diretor-presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados.

A Divisão de Fiscalização de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária (DFAPGP) por meio da Análise ANA - DFAPGP - 28921/2018, manifestou-se pelo registro da pensão em comento.

O Ministério Público de Contas (MPC) emitiu o Parecer PAR - 3ª PRC - 2754/2019, corroborando o entendimento da análise técnica.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à presente concessão apresentou-se completa e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva, conforme estabelecido no Anexo V, Item 2, da Resolução TCE-MS n. 54, de 14.12.2016.

A pensão, ora apreciada, foi concedida por meio da Portaria n. 60/2019/PREVID, publicada no Diário Oficial do Município n. 4.682, de 3/5/2018, com fulcro no art. 40, § 7º, I da Constituição Federal, c/c art. 52, inciso I e art. 8º, inciso I, § 1º da Lei Complementar n. 108/2006.

De acordo com a legislação que fundamentou a concessão da pensão, foram preenchidos os requisitos necessários para o benefício da pensionista, com proventos estabelecidos no referido dispositivo legal a partir de 13/4/2018.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da pensão em apreço atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo seu registro.

Pelo exposto, acolho o entendimento da equipe técnica (DFAPGP) e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO:**

1. pelo **registro** da concessão de pensão à beneficiária Elizabete Almeida Oliveira Alves, cônjuge do segurado, em decorrência do óbito de Luiz Antônio Alves, médico clínico geral do Município de Dourados/MS, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;
2. pela **intimação** do resultado do julgamento aos interessados, conforme o disposto no art. 50, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 1755/2019**

**PROCESSO TC/MS: TC/6678/2018**

**PROTOCOLO:** 1908695

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA/MS

**JURISDICIONADO:** ENELTO RAMOS DA SILVA

**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

**INTERESSADA:** LUZANIRA DE OLIVEIRA VIEIRA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**ATO DE ADMISSÃO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO. INTEMPESTIVIDADE NA REMESSA DOS DOCUMENTOS. RECOMENDAÇÃO.**

#### DO RELATÓRIO

Trata o presente processo da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme determina o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, do ato de admissão de pessoal, por meio da contratação temporária de Luzanira de Oliveira Vieira Silva, para exercer o cargo de educador – Casa Lar, no período de 13.2.2017 a 8.7.2017, sob a responsabilidade do Sr. Valdomiro Brischiliari, prefeito municipal.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA - ICEAP - 17776/2018, manifestou-se pelo não registro do presente ato de contratação temporária, observando a intempestividade da remessa.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC - 2521/2019, opinando pelo não registro do ato de admissão em apreço.

#### DA DECISÃO

A documentação relativa à admissão em exame apresentou-se completa conforme definido no Anexo V, Seção I, item 1.3, subitem 1.3.2, A, da Resolução TC/MS n. 54, de 16 de dezembro de 2016. Porém sua remessa se deu intempestivamente.

A contratação temporária foi legal e regularmente formalizada por meio do Contrato por Prazo Determinado n. 207/2017, com fundamento na Lei Municipal n. 404/2005, inciso IV e em harmonia com as disposições do art. 37, IX, da Constituição Federal, atendendo a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Registro que as contratações na área de educação são legítimas, mesmo sem lei específica, conforme esta Corte de Contas já definiu na Súmula TC/MS n. 52, que assim estabelece:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do Poder Público de assegurar ao cidadão aqueles direitos”.* (grifo nosso)

Embora a remessa dos documentos relativos à contratação em exame tenha ocorrido de forma intempestiva, a legalidade dos atos praticados permite a adoção da recomendação ao jurisdicionado para a observância rigorosa dos prazos de remessa a este Tribunal, como medida suficiente ao caso concreto.

Portanto, analisadas as peças que instruem os autos, concluo que o ato de admissão atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, deixo de acolher o entendimento da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da contratação temporária de Luzanira de Oliveira Vieira Silva, para exercer o cargo de educador – Casa Lar, no período de 13.2.2017 a 8.7.2017, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, “b”, ambos do RITC/MS;

2. pela **recomendação** ao responsável pelo órgão para que observe, com maior rigor, os prazos para a remessa de documentos obrigatórios a esta Corte de Contas;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**  
Relator

**Conselheiro Jerson Domingos**

**Decisão Singular**

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2073/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6221/2017

**PROTOCOLO:** 1790529

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** ISALDO CIRIACO DOS SANTOS

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE REFORMA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Reforma **ex officio** concedida ao 3º Sargento PM RR **ISALDO CIRIACO DOS SANTOS**, considerado regular pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c.c. os artigos 9º e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Reforma **ex officio** acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2067/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/6634/2017

**PROTOCOLO:** 1801310

**ÓRGÃO:** PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CASSILÂNDIA

**JURISDICIONADO E/OU:** EBERTON COSTA DE OLIVEIRA –

**INTERESSADO (A):** MARIA RODRIGUES DA SILVA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos proporcionais, concedidos à servidora **MARIA RODRIGUES DA SILVA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2121/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/7223/2018

**PROTOCOLO:** 1470248

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRILHANTE

**JURISDICIONADO E/OU:** SIDNEY FORONI

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL – CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

**RELATOR:** CLEIDES FERREIRA PAEL GONÇALVES

**INTERESSADO (A):** Cons. JERSON DOMINGOS

Examina-se neste processo o contrato temporário celebrado entre o Município de Rio Brilhante e a servidora Cleides Ferreira Pael Gonçalves para exercer a função de professora no período de 11/01/2016 a 15/12/2016.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, concluiu por meio da Análise 19278/2018 que a contratação encontra-se regular e apta a receber o registro.

Seguindo os trâmites regimentais, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – 2ªPRC 1773/2019, e opinou pelo registro da contratação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a contratação encontra-se em conformidade com a Lei Complementar 733/1991, que dispõe sobre a convocação de professores para atender em caráter temporário e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Assim sendo, com a documentação juntada nos autos ficou comprovado que a contratação atendeu os três requisitos necessários para a utilização da exceção à exigência do concurso público, quais sejam: a temporariedade da contratação, o excepcional interesse público, e a hipótese prevista em lei.

Ademais, a já consolidada Súmula 52 deste Tribunal prevê a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da ICEAP, decido:

**I. REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação, da servidora Cleides Ferreira Pael Gonçalves - CPF 853.323.641-72, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

**II. COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2100/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8301/2018

**PROTOCOLO:** 1918941

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**JURISDICIONADO E/OU:** ADAO UNIRIO ROLIM

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** JULIETE VALLOVERA TOMÉ

Examina-se neste processo a contratação temporária, realizada pelo Município de São Gabriel do Oeste e a servidora Juliete Vallovera Tomé, para exercer a função de agente comunitária de saúde, pelo período de 13/11/2017 a 13/11/2018, com fundamento na Lei Municipal 908/2013.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, concluiu por meio da Análise 21156/2018 que a contratação encontra-se regular e apta a receber o registro.

Seguindo os trâmites regimentais, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR – 2ªPRC -1776/2019, e opinou pelo registro da contratação.

É o relatório.

Examinando os autos, verifico que a contratação encontra-se em conformidade com a Lei Complementar 908/2013, que dispõe sobre a contratação temporária para atender necessidade de excepcional interesse público nos órgãos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

Assim sendo, com a documentação juntada nos autos ficou comprovado que a contratação atendeu os três requisitos necessários para a utilização da exceção à exigência do concurso público, quais sejam: a temporariedade da contratação, o excepcional interesse público, e a hipótese prevista em lei.

Ademais, a já consolidada Súmula 52 deste Tribunal prevê a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança:

*“São legítimas e indispensáveis às contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da ICEAP e do Ministério Público de Contas, decido:

**I. REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária e Termos Aditivos da servidora Juliete Vallovera Tomé - CPF 040.725.491-93, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

**II. COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1746/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/8638/2018

**PROTOCOLO:** 1921374

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

**RESPONSÁVEL:** CLEIDIMAR DA SILVA CAMARGO

**CARGO:** PREFEITO MUNICIPAL

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 32/2018

**CONTRATADO:** EDUARDO SCHOIER - ME

**OBJETO:** SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM RUAS, AVENIDAS, PRAÇAS, PARQUES E DISTRITOS DO MUNICÍPIO.

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL N. 9/18

**VALOR:** R\$ 81.600,00 (OITENTA E UM MIL E SEISCENTOS REAIS)

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos da análise do Pregão Presencial n. 09/18 e da formalização do Contrato Administrativo n. 32/2018, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Rio Negro e a empresa Eduardo Schoier - ME, tendo por objeto a prestação de serviço de manutenção e conservação da rede de iluminação pública em ruas, avenidas, praças, parques e distritos do município.

A Divisão de Fiscalização de Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente – DFEAMA, manifestou-se pelo arquivamento do processo com base no art. 4º, § 1º, I, “a”, 1, do Regimento Interno do TCE-MS (f. 185/187).

O Ministério Público de Contas corroborando o entendimento da equipe técnica, também opinou pelo arquivamento dos autos. (f. 188)

É o relatório.

O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço de engenharia, conforme define a Orientação Técnica OT – IBR 002/2009 – Instituto Brasileiro de Obras Públicas:

#### “4. DEFINIÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA

Serviço de Engenharia é toda a atividade que necessite da participação e acompanhamento de profissional habilitado conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66, tais como: consertar, instalar, montar, operar, conservar, reparar, adaptar, manter, transportar, ou ainda, demolir. Incluem-se nesta definição as atividades profissionais referentes aos serviços técnicos profissionais especializados de projetos e planejamentos, estudos técnicos, pareceres, perícias, avaliações, assessorias, consultorias, auditorias, fiscalização, supervisão ou gerenciamento.

#### 6. LISTA EXEMPLIFICATIVA DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

6.1. Conservação, reparação ou **manutenção** de:

(...)

- **Linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações de energia elétrica;**

6.2. Conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparo, adaptação, **manutenção nas atividades desenvolvidas em:**

(...)

- instalações elétricas, **de iluminação**, hidrossanitárias, de águas pluviais, de sonorização ambiente, de comunicação e dados;” (grifo nosso)

Portanto, aplica-se ao caso o disposto no art. 13, I, da Resolução TC/MS n. 54/2016, *verbis*:

“Art. 13 Serão encaminhados ao Tribunal de Contas todos os documentos relativos aos contratos, convênios, instrumentos análogos e termos de parcerias, quando relacionados a:

I – obras e serviços de engenharia que tiverem valor igual ou superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);”

Desse modo, constata-se que não havia de fato a obrigação de remessa dos documentos ao Tribunal de Contas, em razão do valor estar abaixo do limite estabelecido na Resolução TC/MS n. 54/16 para esse tipo de contratação.

Ante o exposto, consubstanciado na análise da DFEAMA e no parecer do Ministério Público de Contas, DECIDO:

I – pelo ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do inciso V do art. 173 da RNTC/MS n. 076/2013;

II - pela COMUNICAÇÃO da decisão ao interessado, nos termos do disposto no art. 50, I e II, da LC n. 160/2012, c/c os artigos 96, I, e 99 do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2068/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/8725/2016

**PROTOCOLO:** 1674498

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**JURISDICIONADO E/OU:** RICARDO TREFZGER BALLOCK

**INTERESSADO (A):** MANOELINA MARIA DE SOUZA

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **MANOELINA MARIA DE SOUZA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2069/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/8939/2016

**PROTOCOLO:** 1674480

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**JURISDICIONADO E/OU:** RICARDO TREFZGER BALLOCK

**INTERESSADO (A):** JOSE TOMAZ DA SILVA FILHO

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos proporcionais, concedidos ao servidor **JOSE TOMAZ DA SILVA FILHO**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

#### DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2061/2019

**PROCESSO TC/MS:** TC/9015/2016

**PROTOCOLO:** 1674504

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**JURISDICIONADO E/OU:** RICARDO TREFZGER BALLOCK

**INTERESSADO (A):** CRISTINA CACERES

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria por Invalidez concedida a servidora **CRISTINA CACERES**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria por Invalidez acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 2062/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/9263/2016  
**PROTOCOLO:** 1674488  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE  
**JURISDICIONADO E/OU:** RICARDO TREFZGER BALLOCK  
**INTERESSADO (A):** EUNICE DUARTE DE LIMA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria por Invalidez concedida a servidora **EUNICE DUARTE DE LIMA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria por Invalidez acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 21 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1923/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/01457/2017  
**PROTOCOLO:** 1783723  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM  
**JURISDICIONADO E/OU:** GUILHERME ALVES MONTEIRO  
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS  
**INTERESSADO (A):** MAIZA FRAILE TEIXEIRA

Tratam os autos sobre a contratação temporária, realizada pelo Município de Jardim, da servidora Maiza Fraile Teixeira, para exercer a função de nutricionista, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1.238/2005.

A equipe técnica, na análise ANA-DFAPGP – 30929/2018 concluiu pelo não registro da contratação e assim discorreu: *“...verificamos que não houve a juntada dos documentos exigidos pelo Manual de Peças Obrigatórias do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul para que se pudessem verificar a legalidade do ato, especialmente o contrato entabulado entre as partes, devidamente assinado e datado.”*

O Ministério Público de Contas lavrou o Parecer PAR – 3ºPRC – 1735/2019 e acompanhou o entendimento da equipe técnica: *“...Pelo não registro da contratação temporária por excepcional interesse público em face da ausência de documentação obrigatória à correta instrução processual.”*

É o relatório.

Examinando o caso, verifico que estão corretos os posicionamentos da equipe técnica e do Ministério Público de Contas, pois a ausência no envio de documentos exigidos na Instrução Normativa TC/MS, impossibilita a análise efetiva do contrato, tornando a admissão prejudicada.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

I. **NÃO REGISTRAR** a contratação temporária da servidora Maiza Fraile Teixeira – CPF 049.536.161-54, pelo Município de Jardim, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea “b”, da Resolução Normativa nº

76/2013.

II. **APLICAR MULTA** ao responsável, Sr. Guilherme Alves Monteiro, Prefeito Municipal - CPF 256.485.138-01, nos valor de 50 (cinquenta) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não envio da documentação exigida por esta Corte de Contas;

III. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL** para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

IV. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1703/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/02745/2017  
**PROTOCOLO:** 1788802  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**JURISDICIONADO E/OU:** DÉLIA GODOY RAZUK  
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - NOMEAÇÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS  
**INTERESSADO (A):** ROBERTA MARTINS DE ARAUJO

Examina-se nos autos a nomeação da servidora Roberta Martins de Araújo, aprovada no Concurso Público e nomeada por meio do Edital 01/2017, para ocupar o cargo de professor de educação física do Quadro Permanente de Servidores da Prefeitura Municipal de Dourados. A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise Conclusiva ANA-ICEAP -18429/2018 e sugeriu o registro da nomeação.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR-3ºPRC-1775/2019 opinou pelo registro da nomeação.

É o relatório.

Ao apreciar o feito, constata-se que a instrução dos autos e a documentação apresentada encontra-se em consonância com a Instrução Normativa TC/MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016 c/c o artigo 34, inc. I, da Lei Complementar 160, de 02 de Janeiro de 2012.

Sendo assim, acolho os posicionamentos da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e decido:

I. **REGISTRAR** a nomeação da servidora Roberta Martins de Araújo - CPF 044.991.219-14, com base no art. 34, I, da Lei Complementar n. 160, do Regimento Interno deste Tribunal.

II. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1938/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/03852/2016  
**PROTOCOLO:** 1674119  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL  
**JURISDICIONADO E/OU:** MANOEL DOS SANTOS VIAIS

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** ALEX VER MEYER PIRES

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre o Município de Caracol e o servidor Alex Ver Meyer Pires, para ocupar o cargo de médico.

A equipe técnica ICEAP, seguindo os trâmites regimentais, intimou o responsável para que este enviasse o contrato de trabalho em nome do servidor, a declaração de inexistência de candidato habilitado em concurso público e a justificativa da contratação, porém a autoridade responsável, Sr. Manoel dos Santos Viais, Prefeito Municipal, não se manifestou a respeito da intimação.

Por meio da Análise ANA-ICEAP -20154/2018 a equipe técnica sugeriu o não registro da contratação em razão da falta de documentação exigida pelas normas regimentais desta Corte de Contas.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer 22068/2018, em que concluiu pelo não registro da contratação, e aplicação de multa ao responsável, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar TC/MS 160/2012.

É o relatório.

Examinando o caso, verifico que estão corretos os posicionamentos da equipe técnica da ICEAP e do Ministério Público de Contas, pois a ausência no envio de documentos exigidos na Instrução Normativa 38/2012, impossibilita a análise efetiva do contrato, tornando a admissão prejudicada.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

I. **NÃO REGISTRAR** a contratação temporária do servidor Alex Ver Meyer Pires CPF 586.773.486-20, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea "b", da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não envio da documentação exigida na Instrução Normativa TC/MS 38/2012;

II. **APLICAR MULTA** ao responsável, Sr. Manoel dos Santos Viais, CPF 033.970.748-86, Prefeito Municipal, no valor de 50 (cinquenta) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não envio dos documentos exigidos na Instrução Normativa 38/2012;

III. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL** para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

IV. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

Cons. Jerson Domingos  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1956/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/03858/2016

**PROTOCOLO:** 1674125

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CARACOL

**JURISDICIONADO E/OU:** MANOEL DOS SANTOS VIAIS

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** HERMINIO QUINTANA FERNANDEZ

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre o Município de Caracol e o servidor Herminio Quintana Fernandez, para ocupar o cargo de operador de máquinas leves.

A equipe técnica ICEAP, seguindo os trâmites regimentais, intimou o responsável para que este enviasse o contrato de trabalho em nome do servidor, a declaração de inexistência de candidato habilitado em concurso público e a justificativa da contratação, porém a autoridade responsável, Sr. Manoel dos Santos Viais, Prefeito Municipal, não se manifestou a respeito da intimação.

Por meio da Análise ANA-ICEAP -20159/2018 a equipe técnica sugeriu o não registro da contratação em razão da falta de documentação exigida pelas normas regimentais desta Corte de Contas.

No mesmo sentido, o Ministério Público de Contas emitiu o Parecer 2559/2019, em que concluiu pelo não registro da contratação, e aplicação de multa ao responsável, nos termos do artigo 44 da Lei Complementar TC/MS 160/2012.

É o relatório.

Examinando o caso, verifico que estão corretos os posicionamentos da equipe técnica da ICEAP e do Ministério Público de Contas, pois a ausência no envio de documentos exigidos na Instrução Normativa 38/2012, impossibilita a análise efetiva do contrato, tornando a admissão prejudicada.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

I. **NÃO REGISTRAR** a contratação temporária do servidor Herminio Quintana Fernandez CPF 059.500.471-76, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea "b", da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não envio da documentação exigida na Instrução Normativa TC/MS 38/2012;

II. **APLICAR MULTA** ao responsável, Sr. Manoel dos Santos Viais, CPF 033.970.748-86, Prefeito Municipal, no valor de 50 (cinquenta) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não envio dos documentos exigidos na Instrução Normativa 38/2012;

III. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL** para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

IV. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

Cons. Jerson Domingos  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1881/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/06634/2016

**PROTOCOLO:** 1688124

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRENOS

**JURISDICIONADO E/OU:** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - NOMEAÇÃO

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** MADALENA MORAES STEFANELLO

Examina-se nos autos a nomeação da servidora Madalena Moraes Stefanello, aprovada no Concurso Público e nomeada por meio da Portaria 239/2015, para ocupar o cargo de professor educação infantil do Quadro Permanente de Servidores da Prefeitura Municipal de Trenos.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise Conclusiva ANA – DFAPGP – 19636/2018 e sugeriu o registro da nomeação.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR-3ª PRC -2727/2019 opinou pelo registro da nomeação.

É o relatório.

Ao apreciar o feito, constata-se que a instrução dos autos e a documentação apresentada encontra-se em consonância com a Instrução Normativa TC/MS n. 35, de 14 de dezembro de 2011 c/c o artigo 34, inc. I, da Lei Complementar 160, de 02 de Janeiro de 2012.

Sendo assim, acolho os posicionamentos da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e decido:

I. **REGISTRAR** a nomeação da servidora Madalena Moraes Stefanello - CPF 200.601.221-53, com base no art. 34, I, da Lei Complementar n. 160, do Regimento Interno deste Tribunal.

II. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1695/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/10594/2016

**PROTOCOLO:** 1702985

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

**JURISDICIONADO E/OU:** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** ADRIANA KATIE CAMARGO AZEVEDO

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por tempo determinado celebrado entre a Prefeitura Municipal de Iguatemi e a servidora Adriana Katie Camargo Azevedo para exercer a função de monitora social desportiva, com prazo de vigência entre 21/03/2016 a 16/12/2016.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, ao emitir a Análise ANA – ICEAP 6693/2018, sugeriu o registro da contratação, ressalvando a intempetividade na remessa dos documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR – 4ªPRC – 19460/2018 opinou favoravelmente ao registro.

É o relatório.

Conforme atestam a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas, o presente ato de pessoal encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 1.384/2007 e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

De acordo com a documentação juntada nos autos a contratação foi realizada em caráter temporário a fim de atender na Secretaria Municipal de Assistência Social o Programa de Erradicação Infantil (PETI), convênio este celebrado entre a Prefeitura de Iguatemi e a União, com previsão legal na Lei Municipal 1.384/2007 que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

Ressalta-se, ainda, que a remessa dos documentos a esta Corte de Contas se deu de forma intempetiva, pois não cumpriu o disposto no Anexo I, art. 1, A, da Instrução Normativa n.38/2012, e ainda que não tenha causado prejuízo ao erário, há de ser evitada.

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da ICEAP e do Ministério Público de Contas, decido:

I. **REGISTRO** do Ato de Admissão – Contratação Temporária, da servidora Adriana Katie Camargo Azevedo - CPF 617.903.892-91, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

II. **APLICAÇÃO DE MULTA** equivalente ao valor de 30 UFERMS ao Sr. José Roberto Felipe Arcoverde – CPF 698.465.889-68, Prefeito Municipal, pela intempetividade relativa à remessa de documentos a este Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, e 46 da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2012, com recolhimento da quantia ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da Decisão no DOTCE/MS, conforme dispõe a regra do art. 83 da Lei Complementar em referência, sob pena de execução.

III. Ao cartório, para cumprimento das disposições do art. 70, § 2º, do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1901/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11180/2016

**PROTOCOLO:** 1705168

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELORADO

**JURISDICIONADO E/OU:** MARTA MARIA DE ARAUJO

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** MARIA EUGENIO COSTA - IOLANDA HOLSBACH DA ROSA - MARIA HELENA ANTUNES - MARCOS ALVES - SUYANE VILHARVA

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por Tempo Determinado celebrado entre os servidores acima relacionados e o Município de Eldorado.

Foram apensados nestes autos os seguintes processos para que seja realizado julgamento único em razão da conexão entre eles, em observância ao Princípio da Celeridade e Economia Processual:

Nome: Maria Eugenio Costa	CPF: 560.262.181-49	TC/11180/2016
Função: Auxiliar de Serviços Gerais	Período: 27/04/2012 a 27/04/2013	
Prazo para Remessa: 15/05/2012	Remessa: 14/06/2016	Intempetivo

Nome: Iolanda Holsbach da Rosa	CPF: 372.776.001-00	TC/11422/2016
Função: Auxiliar de Serviços Gerais	Período: 06/07/2012 a 05/07/2013	
Prazo para Remessa: 15/08/2012	Remessa: 16/06/2016	Intempetivo

Nome: Maria Helena Antunes	CPF: 387.560.458-08	TC/17622/2016
Função: Auxiliar de Serviços Gerais	Período: 12/08/2013 a 19/12/2013	
Prazo para Remessa: 15/09/2013	Remessa: 05/09/2016	Intempetivo

Nome: Marcos Alves	CPF: 782.406.621-53	TC/19126/2016
Função: Motorista	Período: 18/10/2013 a 17/10/2014	
Prazo para Remessa: 15/11/2013	Remessa: 20/09/2016	Intempetivo

Nome: Suyane Vilharva	CPF: 032.730.971-75	TC/24255/2016
-----------------------	---------------------	---------------

Função: Auxiliar de Serviços Gerais	de	Período: 28/02/2014 a 20/12/2014	
Prazo para Remessa: 15/03/2014	Remessa:	03/11/2016	Intempestivo

A Equipe Técnica da ICEAP, na análise ANA – DFAPGP – 29319/2018 opinou pela ilegalidade da contratação.

O Ministério Público de Contas opinou pelo não registro da contratação.

É o relatório.

Ao analisar detidamente o processo, verifico que a contratação foi realizada a fim de preencher diversas vagas relacionadas a Secretaria de Educação. Ocorre que, conforme a análise da equipe técnica, as contratações não ficaram caracterizadas como excepcional interesse público, e que a falta de planejamento da administração pública não gera excepcionalidade nas contratações.

Assim sendo, o objeto do processo ora analisado encontra-se eivado de ilegalidades, pois não há na lei municipal previsão de contratação para os cargos em questão.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

**I. NÃO REGISTRAR** a contratação temporária dos servidores:

Maria Eugênio da Costa – CPF 560.262.181-49

Iolanda Holsbach da Rocha – CPF 372.776.001-00

Maria Helena Antunes – CPF 387.560.458-08

Marcos Alves – CPF 782.406.621-53

Suyane Vilharva – CPF 032.730.971-75

pelo Município de Eldorado, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea “b”, da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal, contrariando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso IX;

**II. APLICAR MULTA** a Sra. Marta Maria de Araújo – CPF 369.266.719-15, Ex-Prefeita Municipal, no valor de 100 (cem) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal 629/2004, contrariando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso IX;

**III. CONCEDER PRAZO REGIMENTAL**, para que a responsável citada acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

**IV. COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.  
Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1647/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/11323/2016

**PROTOCOLO:** 1705667

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE EL Dorado

**JURISDICIONADO E/OU:** MARTA MARIA DE ARAUJO

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** DANIELLY FARIAS DOS SANTOS

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por tempo determinado celebrado entre o Município de Eldorado e a servidora Danielly Farias dos

Santos para exercer a função de assistente social, com prazo de vigência entre 07/04/2011 a 06/04/2012.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, ao emitir a Análise ANA ICEAP 2681/2018, sugeriu o não registro da contratação, em razão da ilegalidade apontada no item 4, e ressaltou a intempestividade na remessa dos documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR – 2ºPRC – 22676/2018 opinou pelo não registro e sugeriu a imposição de multa em razão da intempestividade relatada pela inspeção.

É o relatório.

Analisando as peças que compõem os autos, verifico que a contratação ocorreu a fim de atender o Programa Federal CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social).

Por se tratar de um programa federal, a realização de concurso público para suprir esse tipo de vaga pode gerar ao município problemas futuros, pois quando do término do programa a administração terá que realocar esse servidor efetivo, que terá direito já garantidos constitucionalmente, como estabilidade, licenças, aposentadoria, entre outros, causando assim prejuízos à administração pública.

Verifica-se que na Lei Municipal 629/2004 a contratação para atender programas especiais de assistência social estão elencados no art. 2º, III:

“Art. 2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

...

VI –atividades relacionadas a programas especiais nas áreas de saúde, assistência social e inclusão social...”

Dessa forma, entendo que a contratação encontra-se apta a aprovação, com ressalva a remessa dos documentos a esta Corte de Contas, que se deu de forma intempestiva, pois não cumpriu o disposto no Anexo I, art. 1, A, da Instrução Normativa n.38/2012, e ainda que não tenha causado prejuízo ao erário, há de ser evitada.

Mediante o exposto, decido pelo:

I. **REGISTRO** do Ato de Admissão – Contratação Temporária, da servidora Danielly Farias dos Santos - CPF 956.576.731-15, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

II. **APLICAÇÃO DE MULTA** equivalente ao valor de 30 UFERMS a Sra. Marta Maria de Araújo – CPF 369.266.719-15, Ex-Prefeita Municipal, pela intempestividade relativa à remessa de documentos a este Tribunal de Contas, nos termos dos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, e 46 da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2012, com recolhimento da quantia ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da Decisão no DOTCE/MS, conforme dispõe a regra do art. 83 da Lei Complementar em referência, sob pena de execução.

III. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL** para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

IV. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 14 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1660/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/12442/2018  
**PROTOCOLO:** 1944050  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**JURISDICIONADO E/OU:** DÉLIA GODOY RAZUK  
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL - NOMEAÇÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS  
**INTERESSADO (A):** BRUNA OLIVEIRA DE ALMEIDA

Examina-se nos autos a nomeação da servidora Bruna Oliveira de Almeida, aprovada no Concurso Público e nomeada por meio do Decreto "P" 104/2017, para ocupar o cargo de nutricionista do Quadro Permanente de Servidores da Prefeitura Municipal de Dourados.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise Conclusiva ANA-DFAPGP -29858/2018 e sugeriu o registro da nomeação.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR-3ªPRC-2063/2019 opinou pelo registro da nomeação.

É o relatório.

Ao apreciar o feito, constata-se que a instrução dos autos e a documentação apresentada encontra-se em consonância com a Instrução Normativa TC/MS n. 54, de 14 de dezembro de 2016 c/c o artigo 34, inc. I, da Lei Complementar 160, de 02 de Janeiro de 2012.

Sendo assim, acolho os posicionamentos da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e decido:

I. **REGISTRAR** a nomeação da servidora Bruna Oliveira de Almeida - CPF 964.298.101-78, com base no art. 34, I, da Lei Complementar n. 160, do Regimento Interno deste Tribunal.

II. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1805/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13224/2018  
**PROTOCOLO:** 1947480  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**JURISDICIONADO E/OU:** DÉLIA GODOY RAZUK  
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS  
**INTERESSADO (A):** LORENE MAIRA VASQUES

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por tempo determinado celebrado entre o Município de Dourados, mediante a intervenção da Secretaria Municipal de Saúde por seu Fundo Municipal de Saúde e a servidora Lorene Maira Vasques para exercer a função de médica, com prazo de vigência entre 19/05/2018 a 18/05/2019.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, ao emitir a Análise ANA – DFAPGP – 30297/2018 sugeriu o registro da contratação.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-3ª PRC – 1371/2019 opinou favoravelmente ao registro.

É o relatório.

Conforme atestam a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas, o presente ato de pessoal encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 3.990/2016 e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

De acordo com a documentação juntada nos autos, a contratação foi realizada a fim de prestar atendimento de serviços de saúde à população até a

nomeação dos candidatos aprovados no concurso realizado pela Prefeitura em 2016.

Em relação à matéria, este Tribunal já pacificou a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança por meio da Súmula 52:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

I. **REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária, da servidora Lorene Maira Vasques - CPF 021.344.101-24, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

II. **COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1809/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/13332/2018  
**PROTOCOLO:** 1948336  
**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**JURISDICIONADO E/OU:** DÉLIA GODOY RAZUK  
**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS  
**INTERESSADO (A):** LUCIANA SOARES DE SOUZA

Examina-se neste processo o Contrato de Trabalho por tempo determinado celebrado entre o Município de Dourados, mediante a intervenção da Secretaria Municipal de Saúde por seu Fundo Municipal de Saúde e a servidora Luciana Soares de Souza para exercer a função de médica, com prazo de vigência entre 13/11/2018 a 12/11/2019.

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, ao emitir a Análise ANA – DFAPGP – 30597/2018 sugeriu o registro da contratação.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-3ª PRC – 2180/2019 opinou favoravelmente ao registro e também ressaltou a intempestividade relatada pela inspeção.

É o relatório.

Conforme atestam a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas, o presente ato de pessoal encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 310/2016 e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

De acordo com a documentação juntada nos autos, a contratação foi realizada a fim de prestar atendimento de serviços de saúde à população até a nomeação dos candidatos aprovados no concurso realizado pela Prefeitura em 2016.

Em relação à matéria, este Tribunal já pacificou a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança por meio da Súmula 52:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”*

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

I. **REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária, da servidora Luciana Soares de Souza - CPF 006.422.101-60, com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

II. **COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1891/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/19960/2017

**PROTOCOLO:** 1847020

**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS

**INTERESSADO (A):** SEBASTIÃO ANSELMO DE SOUZA

**TIPO DE PROCESSO:** BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **SEBASTIÃO ANSELMO DE SOUZA**, pensionista da ex-servidora **Cecília Paez de Souza** considerado regular tal pedido pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1879/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/22142/2017

**PROTOCOLO:** 1848182

**ÓRGÃO:** INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE JARDIM

**JURISDICIONADO E/OU:** GUILHERME ALVES MONTEIRO

**INTERESSADO (A):** MARIA CORONEL

**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **MARIA CORONEL**, considerado regular pela Divisão De Fiscalização De Atos De Pessoal E Gestão Previdenciária.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1775/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/23040/2017

**PROTOCOLO:** 1858305

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**JURISDICIONADO E/OU:** DÉLIA GODOY RAZUK

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** KARLA BIGATAO BALASSO - THAINARA SANTOS DE ALENCAR - ANDRE LUIS RAPACI FINOTTI FILHO - THAINARA SANTOS DE ALENCAR

Examinam-se neste processo os Contratos de Trabalho por tempo determinado celebrado entre o Município de Dourados, mediante a intervenção da Secretaria Municipal de Saúde por seu Fundo Municipal de Saúde e dos servidores abaixo relacionados para exercerem a função de médico.

Nome: KARLA BIGATAO BALASSO	
CPF: 04071266198	Função: Médico
Lei Autorizativa: Lei nº 117/2007	Contrato: s/nº
Vigência: 06/09/2017 a 31/08/2018	Valor mensal: R\$ 7.870,81

Nome: THAINARA SANTOS DE ALENCAR	
CPF: 02847389130	Função: Médico
Lei Autorizativa: Lei nº 117/2007	Contrato: s/nº
Vigência: 18/09/2017 a 17/09/2018	Valor mensal: R\$ 3.935,40

Nome: ANDRE LUIS RAPACI FINOTTI FILHO	
CPF: 04268039147	Função: Médico
Lei Autorizativa: Lei nº 117/2007	Contrato: s/nº
Vigência: 01/09/2017 a 31/08/2018	Valor mensal: R\$ 3.935,40

Nome: THAINARA SANTOS DE ALENCAR	
CPF: 02847389130	Função: Médico
Lei Autorizativa: Lei nº 117/2007	Contrato: s/nº
Vigência: 27/03/2017 a 26/03/2018	Valor mensal: R\$ 7.870,81

A equipe técnica da Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal – ICEAP, ao emitir a Análise ANA – DFAPGP – 30334/2018 sugeriu o registro da contratação.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-3º PRC – 1444/2019 opinou favoravelmente ao registro.

É o relatório.

Conforme atestam a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas, o presente ato de pessoal encontra-se em conformidade com a Lei Municipal 117/2007 e com o artigo 37, IX, da Constituição Federal.

De acordo com a documentação juntada nos autos, a contratação foi realizada a fim de prestar atendimento de serviços de saúde à população até a nomeação dos candidatos aprovados no concurso realizado pela Prefeitura em 2016.

Em relação à matéria, este Tribunal já pacificou a legalidade das contratações temporárias indispensáveis nos setores de saúde, educação e segurança por meio da Súmula 52:

*“São legítimas e indispensáveis as contratações temporárias para atendimento a situações que, apesar de não bem definidas ou estabelecidas em lei específica, coloquem em risco os setores de saúde, educação e*

segurança, dada a relevância das respectivas funções para a comunidade, e face à obrigação do poder público de assegurar ao cidadão aqueles direitos.”

Mediante o exposto, e de acordo com o entendimento da DFAPGP e do Ministério Público de Contas, decido:

I. **REGISTRAR** o Ato de Admissão – Contratação Temporária, dos servidores:

Karla Bigatao Balasso – CPF 040.712.661-98

Thainara Santos de Alencar – CPF 028.473.891-30

Andre Luis Rapaci Finotti Filho – CPF 042.680.391-47

Thainara Santos de Alencar – CPF 028.473.891-30

com fundamento no art. 34, I, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c o art. 10, I, do Regimento Interno TCE/MS;

II. **COMUNICAR** o resultado aos interessados, conforme as disposições do art. 50, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, e art. 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 18 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**

Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1912/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/29025/2016

**PROCOLO:** 1761952

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO

**JURISDICIONADO E/OU:** MARTA MARIA DE ARAUJO

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PEWSSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** ANA CLAUDIA DE SOUZA MORAES

Tratam os autos sobre a contratação temporária, realizada pelo Município de Eldorado, da servidora Ana Cláudia de Souza Moraes, para exercer a função de nutricionista, com fundamento na Lei Municipal nº 629/2004.

A equipe técnica, na análise ANA-ICEAP-6610/2017 concluiu pelo não registro da contratação e assim discorreu: *“Entendemos que a falta de planejamento da administração pública não gera o excepcional interesse público uma vez que os não são temporários, pois ao término da vigência dos referidos contratos, o órgão terá que contratar novamente, uma vez que as referidas funções enquadram-se como necessidade permanente.”*

O Ministério Público de Contas lavrou o Parecer PAR – 2ª PRC – 22888/2017 e também opinou pelo não registro da contratação:

*“...considerando que não ficou demonstrada a necessidade temporária de excepcional interesse público, visto que se trata de contratação para o exercício de atividades previsíveis e permanentes da administração pública, este Ministério Público de Contas conclui pelo não registro do ato de admissão em apreço, bem como do respectivo Termo Aditivo e pela imposição de multa ao responsável por efetivar contratação sem previsão legal.”*

É o relatório.

Examinando o caso, verifico que estão corretos os posicionamentos da equipe técnica e do Ministério Público de Contas, pois o contrato de trabalho realizado pela contratada não se enquadra na exceção prevista no artigo 37, IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna vislumbra, no artigo acima referido, a legitimidade das contratações temporárias para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, desde que estejam os casos previstos em lei específica.

Porém, como bem observou a equipe técnica as funções de nutricionista não são temporárias, e ao término do contrato o órgão terá que contratar novamente por se tratar de necessidade permanente.

Mediante o exposto, e corroborando o entendimento da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas, decido nos seguintes termos:

I. **NÃO REGISTRAR** a contratação temporária da servidora Ana Cláudia de Souza Moraes CPF 059.631.719-03, pelo Município de Eldorado, nos termos do artigo 21, inciso III c/c o artigo 34, inciso I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 e do artigo 174, § 3º, inciso II, alínea “b”, da Resolução Normativa nº 76/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal, contrariando a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 37, inciso IX;

II. **APLICAR MULTA** a responsável Sra Marta Maria de Araújo - CPF 369.266.719-15, Ex-Prefeita Municipal, no valor de 50 (cinquenta) UFERMS, nos termos do artigo 44, inciso I e artigo 45, inciso I, ambos da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 170, da Resolução Normativa nº 076/2013, devido ao não enquadramento da contratação nos casos previstos na Lei Municipal;

III. **CONCEDER PRAZO REGIMENTAL** para que o responsável citado acima comprove o recolhimento da multa imposta junto ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul – FUNTC, conforme o estabelecido no artigo 83, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o artigo 172, § 1º, incisos I e II, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013, sob pena de execução;

IV. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**

Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1697/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/29745/2016

**PROCOLO:** 1763783

**ÓRGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**JURISDICIONADO E/OU:** IVAN DA CRUZ PEREIRA

**TIPO DE PROCESSO:** ADMISSÃO DE PESSOAL

**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

**INTERESSADO (A):** JOÃO DONHA NUNES

Examina-se nos autos a nomeação do servidor João Donha Nunes, aprovado no Concurso Público homologado por meio da Portaria 115/2014, para ocupar o cargo de médico – clínico geral do Quadro Permanente de Servidores da Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas.

A Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise Conclusiva ANA-ICEAP 20433/2018, sugeriu o registro da nomeação e ressaltou a intempestividade na remessa dos documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, em seu Parecer PAR-2ªPRC-24156/2018 opinou pelo registro da nomeação, e também ressaltou a intempestividade relatada pela inspeção.

É o relatório.

Ao apreciar o feito, constata-se que a instrução dos autos e a documentação apresentada encontra-se em consonância com a Instrução Normativa TC/MS n. 38, de 28 de novembro de 2012 c/c o artigo 34, inc. I, da Lei Complementar 160, de 02 de Janeiro de 2012.

Sendo assim, acolho em parte os posicionamentos da Equipe Técnica e do Ministério Público de Contas e decido:

I. **REGISTRAR** a nomeação do servidor João Donha Nunes - CPF 445.863.881-53, com base no art. 34, I, da Lei Complementar n. 160, do Regimento Interno deste Tribunal.

II. **COMUNICAR** o resultado deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 50 da Lei Complementar 160/2012 c/c artigo 94 do Regimento Interno TC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1892/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4854/2017  
**PROTOCOLO:** 1790327  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** ORITO FERRAZ DA FONSECA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE PENSÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **ORITO FERRAZ DA FONSECA**, pensionista da ex-servidora **Maria José dos Santos Fonseca** considerado regular tal pedido pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1882/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/4873/2017  
**PROTOCOLO:** 1789408  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** LETICIA GAUNA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **LETICIA GAUNA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1883/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5034/2017  
**PROTOCOLO:** 1792742  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** MARIA DE FATIMA SILVA LOPES  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **MARIA DE FATIMA SILVA LOPES**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1893/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5041/2017  
**PROTOCOLO:** 1790500  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/O:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** APARECIDO DO NASCIMENTO PITERI  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE PENSÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos do pedido de registro de Pensão por Morte concedida a **APARECIDO DO NASCIMENTO PITERI**, pensionista da ex-servidora **Ramona de Almeida Tavares** considerado regular tal pedido pela Inspeção de Controle Externo de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Pensão acima identificada.

Publique-se e registre-se.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1884/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5050/2017  
**PROTOCOLO:** 1790552  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** ANGELA MARIA AFONSO SILVA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **ANGELA MARIA AFONSO SILVA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1896/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5151/2017  
**PROTOCOLO:** 1790517  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** FRANCISCO DE ASSIS OVELAR  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os presentes autos do pedido de registro da Transferência para a Reserva Remunerada a pedido do CEL. PM **FRANCISCO DE ASSIS OVELAR**, considerado regular pela Inspeção de Controle de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer Ministerial e com fundamento na regra do art. 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c a regra do art. 10, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, **DECIDO** pelo registro de Transferência para a Reserva Remunerada acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1886/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5179/2017  
**PROTOCOLO:** 1790452  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** ELISETE ARRUDA DE SOUZA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **ELISETE ARRUDA DE SOUZA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1876/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5210/2017  
**PROTOCOLO:** 1792936  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** SÉRGIO MIELLI ABDO  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria por Invalidez concedida ao servidor **SÉRGIO MIELLI ABDO**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos arts. 21, III, e 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria por Invalidez acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.  
Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1887/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5219/2017  
**PROTOCOLO:** 1792946  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** MARIA CÉLIA MONTEIRO  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **MARIA CÉLIA MONTEIRO**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.  
Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1888/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5418/2017  
**PROTOCOLO:** 1790495  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** EROTILDES BARBOSA EMBORANA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **EROTILDES BARBOSA EMBORANA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.  
Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1889/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5538/2017  
**PROTOCOLO:** 1792804  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** ALEUYR DE OLIVEIRA LIMA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO DE APOSENTADORIA  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os autos em apreço do pedido de registro de Aposentadoria Voluntária, com proventos integrais, concedidos à servidora **ALEUYR DE OLIVEIRA LIMA**, considerado regular pela ICEAP.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer do Ministério Público de Contas e nos termos dos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno, **DECIDO** pelo registro da Aposentadoria Voluntária acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1890/2019**

**PROCESSO TC/MS:** TC/5648/2017  
**PROTOCOLO:** 1792851  
**ÓRGÃO:** AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL  
**JURISDICIONADO E/OU:** JORGE OLIVEIRA MARTINS  
**INTERESSADO (A):** JAIR DE ANDRADE SILVA  
**TIPO DE PROCESSO:** CONCESSÃO  
**RELATOR:** Cons. JERSON DOMINGOS

Tratam os presentes autos do pedido de registro da Transferência para a Reserva Remunerada a pedido do 3º SGT PM **JAIR DE ANDRADE SILVA**, considerado regular pela Inspeção de Controle de Atos de Pessoal.

O Ministério Público de Contas manifestou-se, em seu Parecer, pelo deferimento do pedido de registro.

Em face do exposto, acolho o Parecer Ministerial e com fundamento na regra do art. 34, II, Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012 c/c a regra do art. 10, I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013, **DECIDO** pelo registro de Transferência para a Reserva Remunerada acima identificada.

Ao Cartório, para os fins do disposto no art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 19 de fevereiro de 2019.

**Cons. Jerson Domingos**  
Relator

**ATOS PROCESSUAIS**

**Conselheiro Waldir Neves Barbosa**

**Intimações**

**EDITAL DE INTIMAÇÃO DE LUCIANO APARECIDO DA SILVA**, ex-Secretário Municipal de Saúde de Aparecida do Taboado, com prazo de 30(trinta) dias.

O Conselheiro-Relator, **WALDIR NEVES BARBOSA**, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber aos que o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver, expedido nos autos do **Processo TC/MS nº 2288/2018** – Contas de Gestão-2017, que se processa perante o Tribunal de Contas/MS, que, em seu cumprimento e atendendo ao mais que dos autos consta, fica **INTIMADO**, pelo presente Edital, no diário oficial eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e publicado na forma da lei, o **Sr. LUCIANO APARECIDO DA SILVA**, ex-Secretário Municipal de Saúde de Aparecida do Taboado, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para que informe a este Tribunal de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, quais as medidas que foram tomadas para sanar as irregularidades apontadas no Termo de Intimação – INT-2ICE-24786/2018, elaborada pela 2ª Inspeção de Controle Externo, sob pena de não o fazendo, ser considerado revel no processo acima mencionado.

Dado e passado nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, ao primeiro dia do mês de março de 2019, eu, Ana Cláudia Pilla, o digitei.

Campo Grande, 01 de março de 2019.

**Cons. WALDIR NEVES BARBOSA**  
Relator

**SECRETARIA DAS SESSÕES**

**Pauta**

**Pleno**

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO Nº 3 DE 13 DE MARÇO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.**

**CONS. WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/03093/2012  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2011  
**PROTOCOLO:** 1273132  
**ÓRGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ALESSANDRO MENEZES DE SOUZA, DISNEY DE SOUZA FERNANDES, JOÃO MITUMAÇA YAMAURA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/03558/2012  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2011  
**PROTOCOLO:** 1274204  
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORGUINHO  
**INTERESSADO(S):** DALTON DE SOUZA LIMA, JAIR CACERES SILVEIRA, MARIA ELENA CORDEIRO DOS SANTOS, TEOFILO BARBOZA MASSI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06273/2017  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016  
**PROTOCOLO:** 1802745  
**ÓRGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE NOVO HORIZONTE DO SUL - FUNDEB/NH  
**INTERESSADO(S):** MARCÍLIO ÁLVARO BENEDITO, MAURO CESAR CAMARGO, Nilza Ramos Ferreira Marques

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/04643/2012  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2011  
**PROTOCOLO:** 1293998  
**ÓRGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PEDRO GOMES  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, FRANCISCO VANDERLEY MOTA, MAURA TEODORO JAJAH, NEIDE APARECIDA DE OLIVEIRA SOARES, SILVIO CARLOS SUASSUNA DE MORAES

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06996/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1804664

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE CULTURA DE NAVIRAI

**INTERESSADO(S):** Jose Izauri de Macedo, LEANDRO PERES DE MATOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/06900/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1805628

**ORGÃO:** FUNDO MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO/DEODAPOLIS

**INTERESSADO(S):** MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA VIANA, VALDIR LUIZ SARTOR

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/06991/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1805797

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVIRAI

**INTERESSADO(S):** Jose Izauri de Macedo, LEANDRO PERES DE MATOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/06532/2017

**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1803836

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAQUIRAI

**INTERESSADO(S):** RICARDO FAVARO NETO, VIRGINIA DO CARMO MESSIAS CARDOSO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/06434/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1716386

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/02406/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1721281

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/03839/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1764354

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ

**INTERESSADO(S):** DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE, EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/03044/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1811792

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** ANDRE BARBOSA FABIANO, FLAVIO ESGAIB KAYATT, SORAYA SAAB

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/02504/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1824092

**ORGÃO:** SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE CORGUINHO

**INTERESSADO(S):** Julianna Lolli Ghetti, ROD-NEI RIBEIRO PARAGUASSU

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/04369/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1830923

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

**INTERESSADO(S):** ANDRÉ ALVES FERREIRA, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/04338/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1830933

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

**INTERESSADO(S):** ANDRÉ ALVES FERREIRA, DENISE CRISTINA ADALA BENFATTI LEITE

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/09891/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1831105

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/09879/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1831108

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/02570/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1833358

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/01358/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1863680

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** ABNER ALCANTARA SAMHA SANTOS, BRUNO OLIVEIRA PINHEIRO, ELIDA RAIANE LIMA GARCIA, FRANCISCO EMANOEL ALBUQUERQUE COSTA, GUILHERME AZAMBUJA FALCÃO NOVAES, LUCAS STROPPA LAMAS, LUIZ FELIPE FERREIRA DOS SANTOS, MARCOS GABRIEL EDUARDO FERREIRA MARTINS DE SOUZA, MARIANA SILVEIRA NAGLIS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/10147/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1865057

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL

**INTERESSADO(S):** Liana Chianca Oliveira Noronha, MURILO GODOY, Nilza Ramos Ferreira Marques, THIAGO ALVES CHIANCA PEREIRA OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/01730/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1884001

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** NÃO HÁ

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/02439/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1884004

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/10313/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018

**PROTOCOLO:** 1896416

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DO TABOADO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06199/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1716381  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06320/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1703271  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06371/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1691546  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/108172/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011  
**PROTOCOLO:** 1709418  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/06408/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1691401  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/05827/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1702938  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA  
**PROCESSO:** TC/10803/2014  
**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1474887  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA  
**INTERESSADO(S):** ESIO VICENTE DE MATOS  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00003122/2003 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2003

#### **CONS. RONALDO CHADID**

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5814/2010/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2010  
**PROTOCOLO:** 1583547  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** VERA REGINA DALCIN BAUR

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5336/2015  
**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO 2011  
**PROTOCOLO:** 1586629  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO DE ASSIS

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00074641/2011 FISCALIZAÇÃO 2010

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/3913/2010/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2010  
**PROTOCOLO:** 1650451  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E CONTROLE DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** PAULO SERGIO NAHAS

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/20912/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1741337  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/00268/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1741354  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/20729/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1741416  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/05904/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1746142  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/06444/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1767475  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/15200/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1767526  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/15420/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1767634  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/9070/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1874067  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO MURTINHO  
**INTERESSADO(S):** HEITOR MIRANDA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/11495/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1859276  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANHOS  
**INTERESSADO(S):** ALDINAR RAMOS DIAS

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/5485/2014

**ASSUNTO:** PEDIDO DE REVISÃO 2014

**PROTOCOLO:** 1460527

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

**INTERESSADO(S):** FLAVIO ADREANO GOMES

**PROCESSO(S) APENSADO(S):**

TC/00093900/2011 CONTRATAÇÃO PÚBLICA 2010

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/31880/2016/001

**ASSUNTO:** EMBARGOS DECLARAÇÃO 2016

**PROTOCOLO:** 1957537

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE

**INTERESSADO(S):** ALEXANDRE ÁVALO SANTANA, MARCOS MARCELLO TRAD

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/17364/2012

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2011

**PROTOCOLO:** 1296481

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARANHOS

**INTERESSADO(S):** DIRCEU BETTONI, JULIO CEZAR DE SOUZA, KÁRLEN KARIM OBEID, LUIS ANTONIO MARCHIORI PERÍCOLO, ROBSON MENEZES GARCIA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID

**PROCESSO:** TC/23279/2017

**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO 2017

**PROTOCOLO:** 1855227

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI

**INTERESSADO(S):** EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA

#### **CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6094/2013/001

**ASSUNTO:** EMBARGOS DECLARAÇÃO 2018

**PROTOCOLO:** 1893531

**ORGÃO:** FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE GUIA LOPES DA LAGUNA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DELFINO PEREIRA NETO, BRUNO ROCHA SILVA, NELSON INÁCIO MORENO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8194/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1686999

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO

**INTERESSADO(S):** LEONEL LEMOS DE SOUZA BRITO, LUCIANE PALHANO, LUCIANI COIMBRA DE CARVALHO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/15973/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1719126

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI

**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/102914/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1827927

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/102921/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1827952

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/102927/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1827917

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/102949/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1827939

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/102969/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1827934

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** CELSO LUIZ DA SILVA VARGAS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/105954/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2011

**PROTOCOLO:** 1587224

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** ANDRE BARBOSA FABIANO, FLAVIO ESGAIB KAYATT

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13217/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1781342

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCINÓPOLIS

**INTERESSADO(S):** ILDOMAR CARNEIRO FERNANDES, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/13163/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1652916

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** JORGE JUSTINO DIOGO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/12559/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013

**PROTOCOLO:** 1854097

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** Liana Chianca Oliveira Noronha, MURILO GODOY, RENATO PIERETTI CÂMARA, THIAGO ALVES CHIANCA PEREIRA OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/7012/2013/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2013

**PROTOCOLO:** 1607330

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, THIAGO A. CHIANCA P. OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6679/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1711132

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** ADAO UNIRIO ROLIM

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1392/2011/001

**ASSUNTO:** RECURSO 2014

**PROTOCOLO:** 1559051

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/115148/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1719692  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SONORA  
**INTERESSADO(S):** BRUNO ROCHA SILVA, ZELIR ANTÔNIO MAGGIONI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/101718/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO 2011  
**PROTOCOLO:** 1564700  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/101721/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO 2011  
**PROTOCOLO:** 1564694  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/8239/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1627080  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO  
**INTERESSADO(S):** GETULIO FURTADO BARBOSA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/3857/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO 2012  
**PROTOCOLO:** 1617946  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/473/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1652827  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LADARIO  
**INTERESSADO(S):** JOSE ANTONIO ASSAD E FARIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/19187/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1623668  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/19190/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1624742  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO PARDO  
**INTERESSADO(S):** CACILDO DAGNO PEREIRA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/18508/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012  
**PROTOCOLO:** 1623299  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/15757/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1645406  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI  
**INTERESSADO(S):** JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/108198/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011

**PROTOCOLO:** 1628055  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAYPORÃ  
**INTERESSADO(S):** EDSON PERES IBRAHIM

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/15576/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1645951  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNDO NOVO  
**INTERESSADO(S):** HUMBERTO CARLOS RAMOS AMADUCCI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/27850/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2011  
**PROTOCOLO:** 1674822  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORA  
**INTERESSADO(S):** MARCOS ANTONIO PACCO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/12374/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1633489  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ  
**INTERESSADO(S):** DINACI VIEIRA MARQUES RANZI

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO  
**PROCESSO:** TC/12560/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721770  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** MARCOS ANTONIO MOURA CRISTALDO

**CONS. JERSON DOMINGOS**

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/5489/2013  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2012  
**PROTOCOLO:** 1413592  
**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** EDVALDO JERONIMO SOARES DA SILVA, VANDERLEY BISPO DE OLIVEIRA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00118187/2012 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012  
TC/00019197/2012 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2012

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/5228/2013  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2012  
**PROTOCOLO:** 1414029  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** FÁBIO JOSÉ JUDACEWSKI, SERGIO LUIZ MARCON

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/1810/2014  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2013  
**PROTOCOLO:** 1487039  
**ORGÃO:** INSTITUTO MUNICIPAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA AZEVEDO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/8298/2015  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2014  
**PROTOCOLO:** 1590947  
**ORGÃO:** FUNDEB-FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS  
**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA, WILSON MATHEUS

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/2883/2014

**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO 2013  
**PROTOCOLO:** 1488368

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** EDVALDO JERONIMO SOARES DA SILVA  
**PROCESSO(S) APENSADO(S):**  
TC/00012353/2013 PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/4826/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721797

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, JOCELITO KRUG

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/4825/2011/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721799  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, JOCELITO KRUG

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/12745/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1756561  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRENOS  
**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDÃO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/14443/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1774748  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/2164/2016/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1810552  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA CARAPA  
**INTERESSADO(S):** ITAMAR BILIBIO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/1421/2018  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2018  
**PROTOCOLO:** 1886939  
**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO  
**INTERESSADO(S):** AUD DE OLIVEIRA CHAVES

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/5676/2015  
**ASSUNTO:** AUDITORIA 2013  
**PROTOCOLO:** 1557258  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER

**CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/14039/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2013  
**PROTOCOLO:** 1677440  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/981/2009/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1753211  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUIRAI

**INTERESSADO(S):** SANDRA CARDOSO MARTINS CASSONE

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/118753/2012/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1725054  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** VOLMAR VICENTE FILIPPIN

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/15789/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2018  
**PROTOCOLO:** 1896829  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ANDREY DE MORAES SCAGLIA, ARI BASSO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/15510/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1829589  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ARI BASSO, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/15511/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2015  
**PROTOCOLO:** 1832130  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDROLÂNDIA  
**INTERESSADO(S):** ARI BASSO, ISABELLA RODRIGUES DE ALMEIDA ABRÃO, JOÃO PAES MONTEIRO DA SILVA, PATRÍCIA FEITOSA DE OLIVIERA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/14654/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721814  
**ORGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** JEAN SALIBA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/7008/2013/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1757712  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL  
**INTERESSADO(S):** MURILO GODOY ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA S/S, Nilza Ramos Ferreira Marques

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/19181/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721369  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/19286/2015/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016  
**PROTOCOLO:** 1721256  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA  
**INTERESSADO(S):** JUN ITI HADA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/04743/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014  
**PROTOCOLO:** 1702094  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA  
**INTERESSADO(S):** ABRAÃO ARMÔA ZACARIAS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO  
**PROCESSO:** TC/14173/2014/001  
**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1673874

**ORGÃO:** DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** PAULO ANDRE DEFANTE

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/02239/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1699443

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** ANDRE BARBOSA FABIANO, FLAVIO ESGAIB KAYATT, SORAYA SAAB

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/14200/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1698457

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÁ

**INTERESSADO(S):** ELTON JACÓ LANG, LUDIMAR GODOY NOVAIS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/10562/2016/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1824171

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATEMI

**INTERESSADO(S):** Jose Roberto Felipe Arcoverde

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/04557/2012/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2012

**PROTOCOLO:** 1716690

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

**INTERESSADO(S):** SERGIO LUIZ MARCON

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4049/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1633944

**ORGÃO:** FUNDO DE PREVIDENCIA PROPRIA DO MUNICIPIO DE INOCENCIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO ANGELO GARCIA DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/15676/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1702691

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ROCHEDO

**INTERESSADO(S):** JOÃO CORDEIRO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/15625/2015

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2013

**PROTOCOLO:** 1558847

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE BELA VISTA

**INTERESSADO(S):** JANE MARY GARCIA MATTOS CARVALHO, MARILI DIANA DINIZ, PATRICIA OCARIZ LOUREIRO DE SOUZA ROSA, PAULINA MONTIBELLER DE CARVALHO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6431/2016

**ASSUNTO:** AUDITORIA 2014

**PROTOCOLO:** 1670499

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BONITO

**INTERESSADO(S):** ADAILTON BALDOMIR BATISTA NETO, CARLOS REINE JACQUES DA SILVA, LUCIANE FERREIRA PALHANO, LUCIANI COIMBRA DE CARVALHO, WILSON BRAGA

**CONS. FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/04557/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2014

**PROTOCOLO:** 1642197

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA

**INTERESSADO(S):** JORGE JUSTINO DIOGO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/00682/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1738890

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** EDUARDO GOMES DO AMARAL, ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/00496/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1741418

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/05721/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1746144

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/00538/2014/001

**ASSUNTO:** RECURSO ORDINÁRIO 2016

**PROTOCOLO:** 1748757

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ILO RODRIGO DE FARIAS MACHADO, MURILO ZAUITH

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 7 DE MARÇO DE 2019

**ALESSANDRA XIMENES**  
**CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES**  
**TCE/MS**

## Primeira Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 1 DE 12 DE MARÇO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS 09:00 HORAS.**

**CONS. WALDIR NEVES BARBOSA**

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/16370/2015

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2008

**PROTOCOLO:** 1634124

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE INOCENCIA

**INTERESSADO(S):** EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM ADMINISTRACAO, ASSESSORIA E PESQUISA LTDA / ME - EDAP , IZABEL ALVES DE PAULA, JEFFERSON LOPES DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/16405/2015

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2008

**PROTOCOLO:** 1634125

**ORGÃO:** CÂMARA MUNICIPAL DE INOCENCIA

**INTERESSADO(S):** FEITOSA & CIA LTDA, IZABEL ALVES DE PAULA, JEFFERSON LOPES DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/17629/2015

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2015

**PROCOLO:** 1635633

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** EDER UILSON FRANÇA LIMA, FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA AO ENSINO E A CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL - FAPEMS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/20094/2015

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR 2015

**PROCOLO:** 1638714

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGÉLICA

**INTERESSADO(S):** LUIZ ANTONIO MILHORANÇA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/8907/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROCOLO:** 1675678

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUCRATIZAÇÃO

**INTERESSADO(S):** AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, BSB COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CARLOS ALBERTO DE ASSIS, CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, CIRURGICA MS LTDA ME, COSTA CAMARGO COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, FRESENIUS KABI BRASIL LTDA, MARCUS VINICIUS ROSSETINI DE ANDRADE COS, MEDCOMERCE COMERCIAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, ONCO PROD. DIST. DE PROD. HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS S/A, SILVANO LUIZ RECH, VIX COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E HOSPITALARES EIRELI - EPP

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/12858/2016

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROCOLO:** 1692107

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA

**INTERESSADO(S):** JOSE GILBERTO GARCIA, ROBERTO HASHIOKA SOLER, S.A. PICOLI TRANSPORTES - EPP, SILVIO CARLOS SENHORINI

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/14440/2016

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1697339

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA

**INTERESSADO(S):** PAULO ROBERTO EVENTOS EIRELI - ME, VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/17517/2016

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1703106

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IVINHEMA

**INTERESSADO(S):** CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA - CIEE, EDER UILSON FRANÇA LIMA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/16822/2016

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1707289

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU

**INTERESSADO(S):** FEBO ESCAVAÇÕES E TOPOGRAFIA LTDA- ME, ROBERTO TAVARES ALMEIDA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/19846/2016

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2016

**PROCOLO:** 1721732

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ALEXANDRE BREDAS CALDAS ME, VAGNER ALVES GUIRADO

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/16948/2016

**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2016

**PROCOLO:** 1725877

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ

**INTERESSADO(S):** CIRO JOSE TOALDO, Jose Izauri de Macedo, LEANDRO PERES DE MATOS, LUIZ ALBERTO BATISTA, PEREIRA & PEREIRA LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/8073/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1803599

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DE PADUA THIAGO, TSS Transportes Comércio Importação e Exportação Eireli - Epp

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/10802/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2015

**PROCOLO:** 1820578

**ORGÃO:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PGJ

**INTERESSADO(S):** CLICK TI TECNOLOGIA LTDA, PAULO CEZAR DOS PASSOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/15063/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1831735

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO DE PADUA THIAGO, LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS-ME

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/19029/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1842545

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBAS DO RIO PARDO

**INTERESSADO(S):** C.S. BARRETO - EPP, PAULO CESAR LIMA SILVEIRA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/19555/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1843991

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DO TABOADO

**INTERESSADO(S):** JOSE ROBSON SAMARA RODRIGUES DE ALMEIDA, MARCIO GARCIA GALDINO, MARYMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/22226/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1853052

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA

**INTERESSADO(S):** ADRIANA MAURA MASET TOBAL, AILTON MARTINS DE AMORIM, AUREA MARIA FREZARIN ROSA, Keyler Simey Garcia Barbosa, MANUELINA MARTINS DA SILVA ARANTES CABRAL, MARISTHER OTTONI DO NASCIMENTO MEI, PAULO RENATO ANDRIANI, PIRES RESTAURANTE EIRELI - ME, RENATO BARBOSA DE MELO, RODOVALHO E VALIM LTDA ME, WALDELI DOS SANTOS ROSA

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/782/2018

**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROCOLO:** 1883620

**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

**INTERESSADO(S):** ANTONIO CARLOS VIDEIRA, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

**RELATOR:** CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

**PROCESSO:** TC/7466/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018

**PROCOLO:** 1911398

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COSTA RICA

**INTERESSADO(S):** TDC ENGENHARIA EIRELI EPP, WALDELI DOS SANTOS ROSA

**CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO**

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/18688/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1718487

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIA LOPES DA LAGUNA

**INTERESSADO(S):** DU BOM DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR, JACOMO DAGOSTINI, JAIR SCAPINI

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6143/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1674674

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA

**INTERESSADO(S):** DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITLARES LTDA, Jailton Ezequiel Ribeiro Oliveira, JOSE HENRIQUE GONÇALVES TRINDADE, LUDMILLA CORREA DE SOUZA MENDES, ODILON FERRAZ ALVES RIBEIRO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/6663/2016

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1666848

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS

**INTERESSADO(S):** C. LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI, CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDAO, CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITLARES LTDA, NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA, POLLO HOSPITALAR LTDA., RAFAEL ARANTES BISPO - EPP, SEBASTIAO DONIZETE BARRACO, STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/10268/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1817287

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** L.A. PRESTADORA DE SERVIÇOS, MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/10897/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1820902

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** AGRO TORNO MARACAJU LTDA-ME, MAURILIO FERREIRA AZAMBUJA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/1258/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1477089

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERENOS

**INTERESSADO(S):** CARLA CASTRO REZENDE DINIZ BRANDAO, HERMINIA ALVES DE ALMEIDA, LEONIDIA ALVES CARDOSO

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/17169/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1552831

**ORGÃO:** AGÊNCIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DE CORUMBÁ

**INTERESSADO(S):** SILVANA DOS SANTOS RICCO ORTIZ, TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/4531/2016

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1666599

**ORGÃO:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

**INTERESSADO(S):** MULTIPLA COMERCIO REPRESENTACOES E SERVICOS LTDA, ROBSON YUTAKA FUKUDA

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/1479/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1390113

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAATEMI

**INTERESSADO(S):** BANCO BRADESCO S/A, JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE, PATRICIA DERENUSSON NELLI MARGATTO NUNES

**RELATOR:** CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

**PROCESSO:** TC/23877/2016

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016

**PROTOCOLO:** 1706032

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS IRMAOS DO BURITI

**INTERESSADO(S):** CRS MATSUDA ALIMENTOS LTDA-EPP, EDILSOM ZANDONA DE SOUZA, WLADimir DE SOUZA VOLK

**CONS. FLÁVIO KAYATT**

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/19000/2017

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1842501

**ORGÃO:** FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS

**INTERESSADO(S):** CM Hospitalar, NELSON BARBOSA TAVARES

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/5923/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2014

**PROTOCOLO:** 1489947

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAARAPÓ

**INTERESSADO(S):** HOSPITAL BENEFICENTE DE SAO MATEUS DE CAARAPO, IREU NATAL BARROS

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/12345/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1825893

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LADARIO

**INTERESSADO(S):** ANA LUCIA DE VASCONCELLOS PEREIRA, M. GLEBER DA SILVA - ME

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/14121/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1619253

**ORGÃO:** INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** CONSELHO DA COMUNIDADE DE CAMPO GRANDE, JAIME ELIAS VERRUCK

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/2089/2016

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1657917

**ORGÃO:** JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** AUGUSTO CESAR FERREIRA DE CASTRO, E2 SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA ME

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/23674/2017

**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1863585

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO

**INTERESSADO(S):** DILUZ COMÉRCIO DE MAT. ELÉTRICOS LTDA, Nildo Alves de Albres

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/1314/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1886531

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BODOQUENA

**INTERESSADO(S):** kazuto Horii

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT

**PROCESSO:** TC/4443/2016

**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016

**PROTOCOLO:** 1677437

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS  
**INTERESSADO(S):** CLAUDIO BARBOSA - EPP, EMERSON RICARDO KINTSCHEV,  
MARINISA KIYOMI MIZOGUCHI

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/18970/2016  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1718388  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORA  
**INTERESSADO(S):** CARBONARO E OLIVEIRA LTDA ME, JACINTA REIS  
CORDEIRO, MARCOS ANTONIO PACO

**RELATOR:** CONS. FLÁVIO KAYATT  
**PROCESSO:** TC/24416/2012  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012  
**PROTOCOLO:** 1324322  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPORA  
**INTERESSADO(S):** NK CONSTRUTORA E COMERCIO LTDA, RUBENS FREIRE  
MARINHO, VANDERLEI BISPO DE OLIVEIRA

Interessado:

**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA  
FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO -  
TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 7 DE MARÇO DE 2019

**ALESSANDRA XIMENES**  
**CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES**  
**TCE/MS**

## Segunda Câmara

**PAUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA Nº 1 DE 12 DE  
MARÇO DE 2019 - JULGAMENTOS DESIGNADOS PARA PRÓXIMA SESSÃO ÀS  
10:00 HORAS.**

### **CONS. RONALDO CHADID**

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/24887/2012  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012  
**PROTOCOLO:** 1329685  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANASTÁCIO  
**INTERESSADO(S):** AUTO POSTO ANASTACIO LTDA, DOUGLAS MELO  
FIGUEIREDO, Nildo Alves de Albres

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/1747/2014  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014  
**PROTOCOLO:** 1477585  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** JOSÉ CARLOS BARBOSA, SUELY VALQUIRIA JAGHER E SILVA  
DOMAREZKY - EPP

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5145/2014  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014  
**PROTOCOLO:** 1484682  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** JD SANEAMENTO LTDA - EPP, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/18127/2015  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E  
MEIO AMBIENTE 2015  
**PROTOCOLO:** 1641970  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA, ND2 ENGENHARIA E

### **COMÉRCIO LTDA**

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/6605/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA DE OBRAS 2016  
**PROTOCOLO:** 1664468  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** ARAL E BACHIR LTDA - EPP, LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/3985/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1668013  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA, SOUZA ALVES E CIA LTDA -  
ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/8802/2016  
**ASSUNTO:** UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016  
**PROTOCOLO:** 1675176  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** BOMBAS LEO S/A, LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/18049/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E  
MEIO AMBIENTE 2016  
**PROTOCOLO:** 1718133  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** ANDRÉ LUIS SOUKEF OLIVEIRA, TAURUS  
EMPREENDEMENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/16795/2016  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1727389  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** ALESSANDRO JACOBSON NOGUEIRA, EBARA INDUSTRIAS  
MECANICAS E COMERCIO LTDA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/18685/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E  
MEIO AMBIENTE 2016  
**PROTOCOLO:** 1732991  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE  
ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** ANDRÉ LUIS SOUKEF OLIVEIRA, CONSTRUTORA MOSAICO LTDA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/10085/2017  
**ASSUNTO:** ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2017  
**PROTOCOLO:** 1817069  
**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDEMENTOS  
**INTERESSADO(S):** EMERSON ANTONIO MARQUES PEREIRA, MB COMERCIO DE  
MAQUINAS, FERRAMENTAS E SERVICOS EIRELI - ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/23925/2017  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E  
MEIO AMBIENTE 2017  
**PROTOCOLO:** 1863808  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO(S):** CEZAR CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP, MARIA CECILIA AMENDOLA DA  
MOTTA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/529/2018

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO OBRAS / SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE 2018  
**PROTOCOLO:** 1880543  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO(S):** CONCREBAI CONSTRUTORA LTDA - ME, JOSIMARIO TEOTONIO DERBLI DA SILVA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/4023/2018  
**ASSUNTO:** ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2018  
**PROTOCOLO:** 1897772  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO(S):** MAQMÓVEIS INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA, MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5904/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1906263  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** AGIL PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELLI - ME, ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/5928/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1906327  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** AGIL PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELLI - ME, ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/7980/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1916643  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBÁI  
**INTERESSADO(S):** EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA, SOUZAMAQ PEÇAS E SERVIÇOS

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/8626/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1921343  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA, ELIZANGELA VOGADO DO NASCIMENTO - ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/8634/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1921362  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA, MEGA ARAL INFORMATICA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/8635/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1921364  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBÁI  
**INTERESSADO(S):** CAIADO PNEUS LTDA, EDINALDO LUIZ DE MELO BANDEIRA, LEONILDO ACOSTA MARTINS

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/23256/2012  
**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012  
**PROTOCOLO:** 1273526  
**ORGÃO:** DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** FABIO ROGERIO ROMBI DA SILVA - PMCG, GUATOS COMERCIO E SERVICOS LTDA, LUCIANO MONTALLI, PAULO ANDRE DEFANTE  
**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/4983/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014  
**PROTOCOLO:** 1484718  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** CAMPOTERRA CONSTRUTORA LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/4282/2016  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015  
**PROTOCOLO:** 1656273  
**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA  
**INTERESSADO(S):** GIGANEWS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI, LUIZ CARLOS DA ROCHA LIMA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/4757/2016  
**ASSUNTO:** CONTAS DE GESTÃO 2015  
**PROTOCOLO:** 1678093  
**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO A CULTURA DE CORGUINHO  
**INTERESSADO(S):** DALTON DE SOUZA LIMA, MARCELA RIBEIRO LOPES

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/19723/2016  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO 2016  
**PROTOCOLO:** 1734042  
**ORGÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO DE CAMPO GRANDE  
**INTERESSADO(S):** ANTONIO CEZAR LACERDA ALVES, EKOBX LOCAÇÕES EIRELI EPP, EVELYSE FERREIRA CRUZ OYADOMARI, K.S.M ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA - ME, MT ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA, RICARDO TREFZGER BALLOCK

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/2824/2017  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1788920  
**ORGÃO:** FUNDAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** BERNARDI EIRELI ME, JANAINA MONTEIRO CANDELORO GONÇALVES

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/3669/2017  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2016  
**PROTOCOLO:** 1791633  
**ORGÃO:** COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** QUANTIQ DISTRIBUIDORA LTDA, RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/22497/2017  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1854553  
**ORGÃO:** SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
**INTERESSADO(S):** EI SOLUÇÕES INTELIGENTES – CONSULTORIA EM GESTÃO DE INFORMAÇÕES, MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/24512/2017  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1869379  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAL MOREIRA  
**INTERESSADO(S):** ALEXANDRINO ARÉVALO GARCIA, COMERCIAL ARROYO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI - ME

**RELATOR:** CONS. RONALDO CHADID  
**PROCESSO:** TC/4859/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1902660  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO JOÃO  
**INTERESSADO(S):** MARCELEIDE HARTEMAM PEREIRA MARQUES, SULAMERICA INFORMATICA

**CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/24314/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1313448

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI

**INTERESSADO(S):** AUTO POSTO DAVID LTDA-ME, ISABEL CRISTINA RODRIGUES, RICARDO JUSTINO LOPES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/18401/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1458243

**ORGÃO:** FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO GRANDE, SEBASTIÃO NOGUEIRA FARIA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/1367/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1406713

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJU

**INTERESSADO(S):** LENILSO CARVALHO ANTUNES, REIS E VASCONCELOS LTDA ME

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6955/2009

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2009

**PROTOCOLO:** 958948

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** CERRADO CONSTRUÇÕES LTDA, JORGE LUIS DE LUCIA, MARLENE FLORENCIO DE MIRANDA VASCONCELOS, NERY RAMÓN INSFRÁN JÚNIOR, TATIANE CRISTINA DA SILVA MORENO, willian maksoud bussuan

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/23715/2012

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2012

**PROTOCOLO:** 1307082

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTI

**INTERESSADO(S):** CERRO TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, Elizângela Martins Biazotti dos Santos, ISABEL CRISTINA RODRIGUES, RICARDO JUSTINO LOPES

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/6/2010

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2009

**PROTOCOLO:** 962219

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS

**INTERESSADO(S):** ARI VALDECIR ARTUZI, POLO ENGENHARIA PLANEJAMENTO E ASSESSORIA LTDA, TATIANE CRISTINA DA SILVA MORENO, WILLIAM MAKSOUD BUSSUAN

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/8618/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1420242

**ORGÃO:** AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL MS

**INTERESSADO(S):** MARIA CRISTINA GALVÃO ROSA CARRIJO, ORGANIZACAO MORENA DE PARCERIA E SERVICOS H LTDA

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/400/2011

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO - DERIVADO 2011

**PROTOCOLO:** 1020752

**ORGÃO:** INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** CARLOS ALBERTO NEGREIROS SAID DE MENEZES, MARCIO CAMPOS MONTEIRO, TAURUS DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/16223/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1446434

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORA

**INTERESSADO(S):** RCM INFORMÁTICA LTDA - EPP, WALLAS GONÇALVES MILFONT

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/9610/2013

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2013

**PROTOCOLO:** 1423249

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAARAPÓ

**INTERESSADO(S):** AUTO POSTO BAENA LTDA, MARIO VALERIO

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/104833/2011

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2011

**PROTOCOLO:** 1222574

**ORGÃO:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PGJ

**INTERESSADO(S):** CLAREAR PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME, HUMBERTO DE MATOS BRITTES, IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI, PAULO CEZAR DOS PASSOS

**RELATOR:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

**PROCESSO:** TC/955/2011

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2009

**PROTOCOLO:** 1024337

**ORGÃO:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

**INTERESSADO(S):** ALCIR LEONEL DA SILVA -ME, FABIO EDIR DOS SANTOS COSTA, GILBERTO JOSE DE ARRUDA

**CONS. JERSON DOMINGOS**

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/20544/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROTOCOLO:** 1471489

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA, JOSÉ CARLOS BARBOSA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/20136/2014

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2013

**PROTOCOLO:** 1474304

**ORGÃO:** EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL SOCIEDADE ANÔNIMA

**INTERESSADO(S):** JOSÉ CARLOS BARBOSA, PAED CONSTRUTORA LTDA - ME

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/4496/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO DE OBRA 2014

**PROTOCOLO:** 1581797

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES LAGOAS

**INTERESSADO(S):** MÁRCIA MARIA SOUZA DA COSTA MOURA DE PAULA, WR CONTRUTORA ELETRICIDADE E ILUMINACAO LTDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/8898/2015

**ASSUNTO:** CONTRATO ADMINISTRATIVO 2015

**PROTOCOLO:** 1600238

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILANDIA

**INTERESSADO(S):** DEVANIR JOSE DOS SANTOS-ME, JORGE JUSTINO DIOGO

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/9652/2016

**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2016

**PROTOCOLO:** 1684300

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS

**INTERESSADO(S):** IVAN DA CRUZ PEREIRA, JUCELIA ROSA DIAS - ME

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS

**PROCESSO:** TC/10818/2017

**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017

**PROTOCOLO:** 1820603

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE  
**INTERESSADO(S):** JEFERSON LUIZ TOMAZONI, TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/19399/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2017  
**PROTOCOLO:** 1843575

**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** ALELUIA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - ME, MARIO ALBERTO KRUGER

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/20132/2017  
**ASSUNTO:** CONTRATO DE TRANSPORTE ESCOLAR 2017  
**PROTOCOLO:** 1847441  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO  
**INTERESSADO(S):** MARIO ALBERTO KRUGER, NANCY KELLY DE SOUZA ALMADA FONSECA - ME

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/2747/2018  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2017  
**PROTOCOLO:** 1892258  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM  
**INTERESSADO(S):** ADENILSON VILALBA FREIRES, ROGERIO MARCIO ALVES SOUTO, RUFINO ARIFA TIGRE NETO, T J COMUNICAÇÕES LTDA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/7168/2018  
**ASSUNTO:** ATA DE REGISTRO DE PREÇO / ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1911983  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRAO  
**INTERESSADO(S):** DENIVAN BARBOSA FERREIRA, PATRIK TALHINA DO AMARAL, ROGERIO RODRIGUES ROSALIN, SAVE REVENDEDOR RETALHISTA

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/9966/2018  
**ASSUNTO:** LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1928395  
**ORGÃO:** PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUARI  
**INTERESSADO(S):** EDSON RODRIGUES NOGUEIRA, TERRAFORTE - TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA-ME

**RELATOR:** CONS. JERSON DOMINGOS  
**PROCESSO:** TC/9973/2018  
**ASSUNTO:** INEXIGIBILIDADE / DISPENSA E CONTRATO ADMINISTRATIVO 2018  
**PROTOCOLO:** 1928451  
**ORGÃO:** COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**INTERESSADO(S):** RUDEL ESPINDOLA TRINDADE JUNIOR, RUI PIRES DOS SANTOS, SECURITY SEGURANÇA LTDA

Interessado:  
**FICAM OS INTERESSADOS INTIMADOS DOS JULGAMENTOS DESIGNADOS, NA FORMA DO ARTIGO 98, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO - TCE/MS.**

SECRETARIA DAS SESSÕES, 7 DE MARÇO DE 2019

ALESSANDRA XIMENES  
CHEFE DA SECRETARIA DAS SESSÕES  
TCE/MS

## ATOS DO PRESIDENTE

### Atos de Pessoal

#### Portaria

**PORTARIA 'P' Nº 135/2019, DE 01 DE MARÇO DE 2019.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES,** no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro

de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Conceder licença para trato de interesse particular, sem remuneração, ao servidor **REVAIR RODRIGUES MACHADO NETO, matrícula 2552,** Auditor Estadual de Controle Externo, símbolo TCCE-400, pelo período de 03 (três) anos, a contar de 04/03/2019, com fulcro no artigo 154 da Lei Estadual nº 1.102/90, e artigo 19, inciso XVII do Regimento Interno TC/MS. (Processo TC/1035/2019)

Campo Grande/MS, 01 de março de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 76/2019, DE 25 DE JANEIRO DE 2019.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES,** no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Conceder Aposentadoria Voluntária à servidora **HELOISA GOMES PUCCINI TRINDADE, matrícula 639,** nos termos do artigo 1º, inciso II, da Lei 3.545/2008, combinado com os artigos 73, 78 e 96 da Lei estadual 3.150/2005, com validade a contar da data da publicação.

Campo Grande/MS, 25 de janeiro de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 137/2019, DE 01 DE MARÇO DE 2019.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES,** no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **LOYRE WILIAN LARANJA DO NASCIMENTO, matrícula 2478,** do cargo em comissão de Assessor de Auditor do Corpo Especial, símbolo TCAS-203, com validade a contar de 06 de março de 2019.

Campo Grande/MS, 01 de março de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente

**PORTARIA 'P' Nº 138/2019, DE 01 DE MARÇO DE 2019.**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CONSELHEIRO IRAN COELHO DAS NEVES,** no uso da competência conferida no inciso IV do art. 9º da Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, c.c. o disposto na alínea 'c' do inciso XV do art. 19 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

#### RESOLVE:

Exonerar, a pedido, **DANIELLE GUIMARÃES DAVID, matrícula 2335,** do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MCAS-203, com validade a contar de 06 de março de 2019.

Campo Grande/MS, 01 de março de 2019.

Conselheiro **IRAN COELHO DAS NEVES**  
Presidente